

A origem do capitalismo

ELLEN MEIKSINS WOOD

Tradução de Vera Ribeiro, Rio de Janeiro,
Jorge Zahar Editor, 2001, 143 páginas

LIGIA OSÓRIO SILVA*

Os leitores devem lembrar-se de que o número 10 de *Crítica Marxista*, editado no ano de 2000, publicou um artigo da historiadora Ellen Wood. Esse artigo, intitulado “As origens agrárias do capitalismo”, já sintetizava, em certa medida, as conclusões do livro que ora resenhamos. O livro traz, entretanto, outros desdobramentos que merecem atenção.

Encontramos em sua primeira parte um resumo breve, porém esclarecedor, das principais contribuições dos participantes do conhecido “debate sobre a transição”¹, bem como das tendências atuais da historiografia a propósito das origens do capitalismo. O balanço final dessa parte aponta novas questões para a história econômica marxista.

“Pensar em alternativas futuras ao capitalismo exige que exploremos concepções alternativas de seu passado.” Esta frase da Introdução expressa com clareza a intenção da autora: entender a especificidade do sistema capitalista com o objetivo de alertar os povos empenhados em melhorar suas condições materiais de existência para a impossibilidade de repetirem a experiência histórica dos países dominantes. Com efeito, a contribuição que a economia de mercado capitalista pode dar ao desenvolvimento das nações pobres da África, da Ásia e da América Latina vem se mostrando menor a cada década, enquanto os malefícios que advêm de sua adoção (destruição dos recursos naturais, envenenamento da atmos-

*Professora do Instituto de Economia da Unicamp.

¹ O debate da transição foi provocado pelas críticas de Paul Sweezy ao livro de Maurice Dobb *A evolução do capitalismo* e desenrolou-se na revista *Science & Society*, entre 1950-53. Vários foram os participantes do debate; o essencial das contribuições está em R. Hilton (ed.) *La transición del feudalismo al capitalismo*, 5ª ed., Barcelona, Grijalbo, 1987.

fera, dos rios e dos mares, destruição da camada de ozônio, mudanças perniciosas nos hábitos alimentares) e as conseqüências que acarretam (disseminação da fome, das epidemias, das enchentes etc.) aumentam sem cessar. Sem mencionar a piora sistemática da distribuição da riqueza a nível planetário, pois está cada vez mais claro que o movimento atual do capitalismo é excludente².

Nesta perspectiva, a autora empenha-se em mostrar que o capitalismo não foi uma conseqüência natural e inevitável da natureza humana, ou da antiga tendência social de “comerciar, permutar e trocar” (Adam Smith). Ao contrário, foi o produto tardio e localizado de condições históricas muito especiais.

Para construir uma crítica contundente à visão do capitalismo como uma decorrência “natural”, o primeiro alvo de Wood são as explicações que presumem a presença do capitalismo, em estado latente, nas sociedades “pré-capitalistas”, precisando, para desabrochar, apenas que sejam removidos os obstáculos de ordem política ou ideológica. Nesta linha de raciocínio, a explicação mais difundida das origens do capitalismo é o chamado modelo mercantil do desenvolvimento econômico, que considera o capitalismo o resultado da expansão dos mercados e da crescente mercantilização da vida econômica. Elaborada de

forma sistemática por Henri Pirenne, esta explicação sugere que o renascimento do comércio, ocorrido graças ao crescimento das cidades e à remoção dos entraves que pesavam sobre os comerciantes, liberou as forças latentes do capitalismo que estavam presentes nos “interstícios do feudalismo”. Nesta explicação o capitalismo aparece associado às cidades e à figura histórica do burguês, pressupondo-se que cidades e comércio sejam, por natureza, antitéticos ao feudalismo, e que o crescimento de ambos implica a crise e a desorganização do modo de produção feudal. A crítica de Maurice Dobb ao modelo mercantil sustenta a insuficiência dos argumentos de Pirenne, uma vez que, em certas circunstâncias históricas, o desenvolvimento do comércio serviu para reforçar as relações feudais e não para dissolvê-las. Dobb defendeu a necessidade de examinar o desenvolvimento das relações de produção no interior do modo de produção feudal, onde estaria a chave para o entendimento da crise do sistema. Partindo da idéia de Dobb, de que a crise do feudalismo não se explica apenas pelo desenvolvimento do comércio, Wood procura incorporar a contribuição de Paul Sweezy ao debate.

Em primeiro lugar, concorda com Sweezy em que é necessário tratar o declínio do feudalismo e o surgimento do capitalismo como dois processos

² François Chesnais. *A mundialização do capital*, tradução de Silvana Foá, São Paulo, Xamã, 1996, p. 33.

independentes. Do contrário, se considerarmos a dissolução do feudalismo suficiente para explicar a ascensão do capitalismo, não estaríamos de novo muito próximos dos pressupostos do modelo mercantil? A ênfase pode ser colocada no campo e não na cidade, na luta de classes entre senhores e camponeses e não na expansão do comércio. Mas um pressuposto essencial permaneceria idêntico: o capitalismo surgiu quando os grilhões do feudalismo foram retirados. De algum modo, portanto, o capitalismo já estaria presente nos interstícios do feudalismo, simplesmente à espera de ser libertado.

Em segundo lugar, concorda com a crítica de Sweezy à interpretação convencional da teoria marxista da “via realmente revolucionária” para o capitalismo industrial. Numa passagem de *O capital* (Livro III), Marx sugere que os capitalistas industriais, na Inglaterra, teriam surgido das fileiras dos pequenos produtores (artesãos), e que esta seria a “via realmente revolucionária”. Sweezy não crê na plausibilidade histórica desta tese. Crê, ao contrário, que encontramos a gênese do capitalista industrial no “comerciante e empregador de mão-de-obra assalariada”. Wood está de acordo com esta observação porque ela reforça seu argumento, expresso ao longo do texto de diversas maneiras, de que há uma diferença qualitativa e não apenas quantitativa entre a pequena produção

mercantil para o mercado e o modo de produção capitalista, diferença que requer uma explicação.

Retomando a discussão nos anos 70, Robert Brenner³ faz avançar o debate propondo a seguinte questão: de que modo as antigas formas de “propriedade politicamente constituída” foram substituídas, na Inglaterra, por uma forma puramente econômica, e como foi que isso acionou um padrão característico de crescimento econômico auto-sustentado? Sua resposta (polêmica) leva à conclusão de que o capitalismo foi nos primórdios um fenômeno inglês. Os senhores e os camponeses, nas condições peculiares da Inglaterra, dispararam involuntariamente a dinâmica capitalista. A consequência não pretendida foi uma situação em que os produtores ficaram sujeitos aos imperativos do mercado. Na Inglaterra do século XVII, uma proporção excepcionalmente grande da terra estava nas mãos dos latifundiários e era trabalhada por arrendatários cujas condições de posse da terra assumiram, cada vez mais, a forma de arrendamentos pagos em dinheiro, cujos valores não eram fixados pela lei ou pelos costumes, mas respondiam às condições do mercado. As condições de posse da terra eram tais que um número crescente de arrendatários ficou sujeito aos imperativos do mercado – não à oportunidade de produzirem para o mercado e passarem de pequenos produtores a

³No artigo “Estrutura Agrária de classes e desenvolvimento econômico na Europa pré-industrial” (Past & Present, 1976).

capitalistas, mas à necessidade de se especializarem para o mercado e produzirem de forma competitiva (que se traduzia no valor monetário da renda da terra paga ao latifundiário) para garantir o acesso à terra, meio de subsistência fundamental. Ao mesmo tempo, os grandes proprietários estavam numa situação especial. Embora controlassem uma parcela singularmente grande das melhores terras, não desfrutavam de poderes extra-econômicos para a extração da renda (como, por exemplo, a aristocracia francesa). A classe dominante inglesa distinguia-se por sua dependência crescente da produtividade de seus arrendatários, e não por exercer um poder coercitivo para arrancar deles um excedente maior.

O princípio atuante na exposição de Brenner, destacado por Wood, é a *compulsão* e não a *oportunidade*. Sua argumentação corrobora, até certo ponto, a afirmação de Sweezy de que a transição do feudalismo para o capitalismo foi alimentada não pelo poder de superexploração exercido pelos senhores feudais, mas pelas deficiências de sua capacidade de praticar a extorsão de seus camponeses. O Estado inglês era singularmente centralizado e unitário, e tinha como função garantir a posição e a propriedade dos latifundiários ingleses, quando seus poderes feudais revelavam-se insuficientes. Porém essas mesmas condições – que implicavam uma separação de clareza incomum entre o Estado e a sociedade civil, ou entre as esferas

política e econômica – privavam a classe dominante de poderes coercitivos extra-econômicos de extorsão do excedente e a tornavam cada vez mais dependente de meios de exploração puramente econômicos.

Partindo dessas análises, e de outras que deixamos de lado, como as de K. Polanyi e P. Anderson, Wood procura demonstrar, na segunda parte do livro, que o capitalismo foi promovido pela afirmação dos poderes dos grandes proprietários de terras contra as reivindicações de uso consuetudinário dos camponeses. Para tanto, as transformações nos direitos de propriedade, em nome dos *melhoramentos* técnico-agrícolas, visando o aumento da produtividade e da lucratividade são devidamente analisadas.

Por último, cabe destacar a posição da autora em relação às revoluções burguesas e aos movimentos populares reivindicativos ocorridos no fim do Antigo Regime. Para Wood, seria enganoso tratar as lutas populares como a grande força na promoção do desenvolvimento do capitalismo. As lutas populares mais democráticas contestaram as formas de propriedade conducentes ao desenvolvimento capitalista. Essas forças populares podem ter “perdido a batalha contra os grandes proprietários capitalistas, mas deixaram um imenso legado de idéias radicais, bem diferente dos impulsos ‘progressistas’ do capitalismo, legado este que continua vivo hoje nos vários movimentos democráticos e anticapitalistas”.

SILVA, Lícia Osório. Resenha de: WOOD, Ellen. A origem do capitalismo. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, 143 p. São Paulo, Boitempo, v.1, n. 14, 2002, p. 171-174.

Palavras-chave: Capitalismo; Lutas populares; Democracia.